A ARQUEOLOGIA DE UM JARDIM: PESQUISA ARQUEOLÓGICA DO PASSEIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO/RJ

ROSANA NAJJAR[*]
JACKELINE DE MACEDO[**]
ROBERTO PONTES STANCHI[***]
INÊS EL-JAICK ANDRADE[****]
ANA CRISTINA SAMPAIO[*****]
CHRISTIANE MARTINS[******]
JÚLIA WAGNER PEREIRA[*******]
JÚLIO FELIPE MARQUES[********]
PAULO CÉSAR SARMENTO[*********]
THALITA FONSECA[**********]
JAMILE CÂMARA[**********]

Resumo: *o Passeio Público do Rio de Janeiro, primeiro jardim público do Brasil, foi construído em fins do século XVIII (pelo Mestre Valentin) e tombado pelo IPHAN em 1938. O jardim passou por várias transformações; Glaziou (1862); a construção do Theatro-Cassino (1922) e sua demolição (1937). O objetivo do projeto de restauro foi o de resgatar as características do jardim de Glaziou, com valorização dos vários aspectos do projeto de Valentim nele presentes. A arqueologia buscou revelar vestígios desses principais momentos e reconhecer como a sociedade se apropriou daquele espaço.*

Palavras-chave: *arqueologia histórica, restauração, patrimônio cultural*

Em janeiro de 2004, teve início à restauração completa do Passeio Público do Rio de Janeiro /RJ, o primeiro jardim público construído no Brasil. O Projeto de Pesquisa Arqueológica do Passeio Público iniciou-se em fevereiro de 2004, no bojo do seu Projeto de Restauração.

Com o convite recebido da Fundação Parques e Jardins/Divisão de Monumentos e Chafarizes da Prefeitura do Rio de Janeiro, a Assessoria de Arqueologia da 6ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 6ªSR/IPHAN – ficou responsável pelo projeto de pesquisa e por sua execução. O Projeto de Restauração contou com a colaboração de uma equipe multidisciplinar, com profissionais da Fundação Parques e Jardins, FB Engenharia e da própria 6ªSR/IPHAN, e com a participação de consultores, arquitetos, arqueólogos, historiadores e paisagistas. Teve a duração de doze meses.

Partimos do princípio de que a área de preservação do patrimônio cultural é um campo fértil para o desenvolvimento da pesquisa interdisciplinar. A própria Carta de Veneza[1] (art. 2º), um dos mais importante documento sobre preservação do patrimônio cultural, recomenda a necessidade de as equipes responsáveis pelos projetos serem compostas por profissionais das mais diversas áreas. Assim, com uma pesquisa interdisciplinar e da efetiva interligação dos dados produzidos pelas pesquisas (histórica, arquitetônica e arqueológica) tornou-se possível realizar, com ainda maior acuro, a recuperação da história do bem e da sociedade que o construiu (MACEDO, 2003, p. 5). A presença da arqueologia no Passeio Público se caracterizou como um diferencial, particularmente por ter sido a primeira vez que se fez arqueologia num jardim com uma história tão longa e rica, e com grandes dimensões. Podemos afirmar que este diferencial foi marcadamente notado, até pela mídia.

Um dos objetivos do projeto de pesquisa arqueológica no Passeio Público, particularmente por se tratar de uma obra de grande porte e complexidade em um monumento tombado, foi o de seguir as recomendações das cartas patrimoniais e da teoria de restauro. Segundo a Carta de Veneza (art.1º), a noção de monumento histórico, ou patrimônio histórico, compreende tanto "a criação arquitetônica isolada, como o ambiente urbano ou paisagístico que constitui o testemunho de uma civilização, de uma evolução significativa ou de

um acontecimento histórico" (CURY, 2000, p 92). A noção de monumento não deve ser aplicada apenas às grandes obras, mas deve ser estendida às edificações que, no decorrer do tempo, tenham se revestido de um valor cultural.

Visando complementar os princípios já previstos neste documento, em 1981 foi elaborada pelo Comitê Internacional de Jardins Históricos do ICOMOS/IFLA a Carta de Florença (art. 6º) que enquadra os jardins de interesse histórico como monumentos e, como tais, devem ser salvaguardados: *"A denominação jardim histórico aplica-se tanto aos jardins modestos quanto aos parques ordenados ou paisagísticos"* (CURY, 2000, p. 254). Essa denominação era exclusivamente destinada à proteção dos jardins históricos, cuja salvaguarda e preservação – por serem monumentos vivos – exigem regras específicas. A Carta estabelece normas e procedimentos padronizados, bem como formula recomendações gerais de alcance e domínio público para servirem de guia nas intervenções de jardins históricos. Segundo este documento, só deve ser empreendida a restauração e a reconstituição de um jardim histórico após um estudo aprofundado, que contemple desde as escavações até a coleta de todos os documentos referentes ao respectivo jardim ou análogos, suscetível de assegurar o caráter científico do projeto. Estabelece ainda o documento que a reconstituição deve respeitar a evolução do jardim.

A pertinência e a necessidade de realizar a pesquisa arqueológica em uma obra de restauração de bens culturais é um fato inquestionável. A legislação a respeito é bastante clara e abrangente, embora, na prática, ainda sejam poucas as obras de restauração que a incluem em seu escopo de trabalho. Esta realidade pode ser explicada pelo desconhecimento dos não-arqueólogos (proprietários, arquitetos e engenheiros) da estreita relação existente entre a pesquisa arqueológica e o projeto de restauração. No caso da cidade do Rio de Janeiro, numa iniciativa inédita, a Prefeitura criou uma legislação específica que obriga a realização da pesquisa arqueológica nas obras de intervenção urbana[2].

Com base nessas recomendações internacionais, o projeto de arqueologia realizado sobre o Passeio Público foi concebido com ênfase à compreensão de dois dos seus inúmeros momentos históricos: a sua criação em 1783 e a sua reforma em 1862, considerados os mais significativos pelo projeto de restauro. A pesquisa produziu dados sobre o jardim, partindo do pressuposto de que ele é um 'superatefato', construído pelo homem que, necessariamente, está inserido num dado tempo e espaço e, deste modo, carregado de valores e simbolismos.

Com base nos resultados dos levantamentos histórico e iconográfico, somados aos resultados das prospecções preliminares, foi realizada uma avaliação da integridade dos vestígios dos dois momentos acima mencionados, e alguns foram efetivamente pesquisados. Essa escolha dos vestígios a serem estudados seguiu dois parâmetros: os que apresentaram potencial para responder às questões propostas pela pesquisa e os que melhor representassem, ao olhar dos futuros usuários do jardim (tanto os leigos quanto os estudiosos), a história que a restauração queria contar para a população carioca. A idéia inicial era a de deixar expostos os vestígios revelados pelas pesquisas.

ANTECEDENTES

A construção do Passeio Público se dá durante a segunda metade do século XVIII, em 1783. Este jardim "público", o primeiro construído no Brasil[3], atravessou os anos de sua existência e sofreu várias intervenções. Foi o grande ponto de encontro da população carioca nos séculos XVIII e XIX, tendo sido concebido por um dos maiores artistas do período colonial brasileiro: Mestre Valentim da Fonseca e Silva. Localizado no Centro histórico do Rio de Janeiro, entre a Lapa e a Cinelândia, aparece como um monumento vivo da história da evolução urbana da cidade.

O Passeio Público, embora pequeno, perfeitamente plano,

HABITUS, Goiânia, v. 5, n. 2, p. 455-479, jul./dez. 2007.

construído em estilo muito afetado e negligentemente mantido, reclama para si o 'primeiro lugar entre os sítios de divertimento do Rio' (LUCCOCK, 1975, p. 59, grifo nosso).

Entre as intervenções sofridas podemos destacar cinco momentos importantes na existência do jardim. O primeiro momento (1783-1861) é o da concepção e implantação do jardim, quando foi projetado e executado no século XVIII pelo mais importante artífice do Rio de Janeiro colonial, Mestre Valentim.

O segundo (1862-1904) é o da intervenção realizada pelo paisagista francês Auguste Glaziou, em 1861, "que exerceu considerável influência na história dos jardins no Brasil contemporâneo" (RIBEIRO, 2002, p. 3). Os seus traços principais se mantêm até hoje, e por este motivo foi o escolhido como referência a ser seguida pelo projeto de restauração. O terceiro momento (1904-1921) corresponde às reformas de embelezamento urbano, empreendidas durante a administração de Pereira Passos na prefeitura da cidade. Destacam-se, então, no Passeio Público, a construção na época, do maior aquário da América Latina e o aterro em

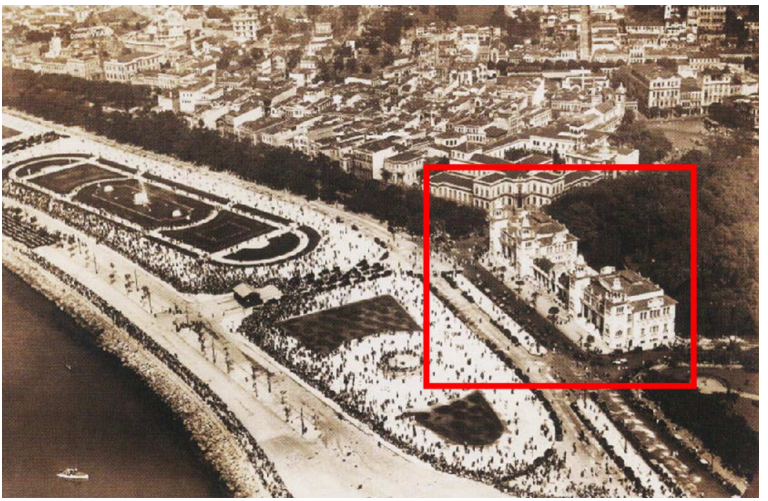

Figura 1: Vista do Passeio Público em 1929, já com a edificação do *Theatro-Cassino* e afastado da beira-mar.
Fonte: Ermakroff (2003).

frente ao terraço do jardim – o que dava anteriormente para a baía – para a abertura da Avenida Beira-mar. O quarto momento (1921-1937) é o da construção do 'Theatro Cassino' iniciado no ano de 1921. E um quinto momento (1937-2004), iniciado com a demolição do Cassino, culminou na integração do jardim à malha urbana do centro da cidade do Rio de Janeiro e na atual configuração do terraço.

Para o cidadão carioca, o objetivo principal da construção do jardim público que seguia a configuração do espaço dos jardins da metrópole portuguesa do Palácio de Queluz e do Passeio Público de Valverde (1764), era o de ser um centro de lazer da nobreza e das classes abastadas. O desejo de imprimir ares de civilidade e urbanidade à cidade colonial corroboraram para a construção de um jardim público nos moldes europeus, tais como o exemplar do Passeio do Prado de Madri (Espanha).

O jardim não foi concebido apenas por seu aspecto de embelezamento, foi idealizado para ser um espaço no qual as elites poderiam contemplar a nova ordem social e econômica de uma cidade em pleno desenvolvimento.

As questões relacionadas à política de saneamento e urbanização estão presentes em toda a história do Rio de Janeiro e confundem-se com a história do Passeio Público. A constante luta contra os pântanos ocorre desde a fundação do núcleo histórico da cidade na parte alta de quatro morros até a descida cautelosa para uma várzea até então alagada (SANTOS, 1981).

O primeiro aterro na beira-mar ocorreu ainda no período colonial, entre 1779 a 1783. Foi o aterro da praia do Boqueirão, para a construção do Passeio Público, o qual utilizou cerca de quatro mil metros quadrados de terra provenientes do arrasamento do Morro das Mangueiras. A Lagoa do Boqueirão era utilizada pela população para o descarte de lixo e dejetos humanos. Seria na lagoa que os conhecidos "tigres"1 iam despejar o esgoto recolhido da casa dos seus senhores.

O jardim foi concebido como um recinto murado com uma única entrada e com um terraço, assentado so-

bre uma muralha de proteção, que se abria para a Baía de Guanabara. Esta configuração manteve-se ainda com a reforma de Glaziou, no entanto os muros já dão lugar a gradis, e mais duas novas entradas são abertas junto ao terraço, garantindo uma permeabilidade maior ao grande atrativo de então: o terraço voltado ao mar. Ainda nesta ocasião, o parapeito do terraço foi substituído por uma balaustrada de mármore branco e um novo acesso ao jardim foi aberto, voltado para a bica do Menino (PCRJ, 2004).

Em 1902, o Prefeito Pereira Passos retoma a idéia de aterrar trechos da orla da baía, construindo uma via de corso2 (*Promenade des Anglais*), que deveria cumprir o propósito de "formar um quadro paisagístico" (BENCHIMOL, 1992, p. 236) destinado a impressionar os visitantes estrangeiros que chegavam de navio pela Baía da Guanabara: a Avenida Beira-Mar. Esta avenida, iniciada em 1904 e inaugurada em 1906, considerada uma das maiores obras desse período – consumindo tempo, dinheiro e, sobretudo, técnica – foi projetada com 5.200 metros de extensão, iniciando-se no Obelisco da avenida Rio Branco (então inacabada) e finalizando-se na praia de Botafogo, junto ao Morro do Pasmado. O aterro para essa construção foi feito com o desmonte de morros que estavam em curso na cidade, como o Morro do Senado (PCRJ, 1988). Assim, o terraço do Passeio Público foi afastado do mar, sofrendo uma remodelação (novas escadarias de acesso á avenida), e o aterro encobriu a antiga muralha. Embora o Passeio permanecesse fechado por gradis, seu terraço encontrava-se aberto e voltado para a Avenida Beira-Mar. Ainda na administração Pereira Passos, dois novos portões são abertos, um voltado para a Rua Senador Dantas e um outro para o Largo da Lapa.

Em razão dos preparativos de comemoração do Centenário de Independência (1922), a área central da cidade sofreu uma série de intervenções, visando seu embelezamento e saneamento. Assim, o terraço do Passeio foi demolido para dar lugar ao conjunto arquitetônico

do Theatro-Cassino (Figura 1). A Beira-Mar e os gradis do jardim foram retirados, desconfigurando a essência do jardim enclausurado. A terra do desmonte do Morro do Castelo serviu para aterrar uma grande extensão da Beira-Mar (1927), ainda sem forma. Em 1929, no aterro é inaugurado a Praça Paris, espaço verde munido com os valores sociais e com os atributos estéticos e funcionais de seu tempo: lazer ainda contemplativo, porém sem gradis ou muros e seguindo uma expressão artística eclética clássica.

Em 1937, a edificação no terraço é demolida para a abertura da Rua Mestre Valentim (via destinada ao fluxo de bondes), e um novo gradil passa a cercar o jardim, retomando a sua configuração de recinto fechado. Os acessos ao jardim são feitos pelo terraço e pelo portão principal na Rua do Passeio, que havia sido alargada (PCRJ, 2004).

No aterro proveniente do arrasamento do Morro de Santo Antônio (1951), são construídas diversas vias de alta velocidade e o Parque do Aterro do Flamengo3 (1965), inaugurando um novo tipo de lazer moderno, o qual afastava ainda mais o Passeio Público da baía e o levava à obscuridade. Em 1968, são colocados apenas gradis no jardim do Passeio, deixando seu terraço (modificado pela reforma de 1937) sem fechamento.

Somente em 1987, após a reforma da FPJ, é incorporada a área do Passeio à via aberta em 1937 para o trânsito de bondes, bem como todo o novo terraço recebe fechamento por gradis. O jardim passa a ter novamente uma única entrada: o portão da Rua do Passeio. No entanto, o principal atrativo, o terraço voltado para o mar, não existe mais. O jardim do Passeio Público perde parte de seus atributos estéticos, ambientais e funcionais.

METODOLOGIA DA PESQUISA E PROJETO ARQUEOLÓGICO

O projeto de pesquisa arqueológica do Passeio Público (NAJJAR, 2004) parte da premissa de que o con-

texto que observamos é o da superposição de dois projetos de jardim – o de autoria do Mestre Valentim e o de autoria de Glaziou –, e de que esta superposição danificou o primeiro projeto. E mais: entende que outros fatores perturbaram a integridade dos vestígios, como a construção e posterior demolição do *Theatro-Cassino* na área do terraço-mirante e as modificações sofridas através dos tempos, motivadas por intervenções as mais variadas, como o acréscimo/retirado de vegetação, redefinição de usos de dados espaços, construção de edificações etc.

A pesquisa foi realizada durante seis meses e neste período a equipe esteve inteiramente voltada para recuperar a história do bem, produzir conhecimentos que visassem a auxiliar na restauração do jardim e na sua devolução à sociedade. Atualmente estamos em fase final de análise laboratorial do material móvel coletado e pretendemos, como um dos objetivos finais, propor uma sucessão das formas que o jardim possuiu.

O Projeto de Arqueologia seguiu as recomendações do Manual de Arqueologia Histórica do IPHAN (NAJJAR, 2005). Assim, a pesquisa arqueológica aplicada em obras de restauração deve ocorrer em três etapas sucessivas: a primeira etapa, a da Avaliação do Potencial Arqueológico; a segunda, a Pesquisa Arqueológica; e a terceira, a Utilização dos Vestígios.

Na primeira, se insere a coleta prévia de dados para a elaboração do Projeto de Restauro, com a elaboração e a execução do projeto de avaliação do potencial arqueológico, realizando prospecções que objetivam avaliar e propor como deverá ser a intervenção arqueológica. Uma pesquisa de arqueologia histórica deve produzir conhecimentos sobre o bem, inclusive confirmando ou refutando dados já conhecidos.

Na segunda etapa, a da Pesquisa Arqueológica, a equipe de arqueologia tem como objetivo aprofundar os conhecimentos produzidos na primeira. O projeto deve ser concebido e realizado de maneira interdisciplinar contan-

do com a participação das demais equipes envolvidas no Projeto de Restauro.

Esta interdisciplinaridade é fundamental para a execução das atividades das diferentes áreas do Projeto de Restauração. Esta etapa do trabalho de arqueologia tem como objetivo o de pesquisar as áreas definidas na etapa anterior. No caso do Passeio Público, foram definidas áreas estratégicas levantadas com base nos dados já conhecidos (levantamento histórico, levantamento arquitetônico e avaliação do potencial arqueológico).

A terceira etapa acontece no final das obras civis e a sua realização "depende da decisão quanto à incorporação ou não dos vestígios evidenciados pela pesquisa arqueológica ao uso do bem" (NAJJAR, 2005, p. 18). A execução desta etapa está diretamente ligada ao Projeto de Restauração e ao agenciamento dos testemunhos escolhidos para a apreciação do público.

AVALIAÇÃO DO POTENCIAL ARQUEOLÓGICO

A pesquisa histórica do jardim do Passeio Público foi dividida em três fases de trabalho. Na primeira foram contratados pela Fundação Parques e Jardins (FPJ) os serviços do escritório Ópera Prima & Restauro[4], sob a coordenação do arquiteto e historiador Nelson Pôrto Ribeiro, para realizar o levantamento histórico e iconográfico do bem tombado. Inicialmente, a área do terraço foi escolhida como potencialmente significante para os trabalhos de arqueologia.

Uma vez iniciados os trabalhos da equipe de arqueologia, surgiram novas dúvidas que não puderam ser sanadas com o levantamento preliminar; foi preciso buscar novas fontes. Para isso contou-se com a participação de vários colaboradores, como técnicos, estagiários e voluntários do IPHAN e da FPJ. Na terceira fase da pesquisa, foi organizado e compilado todo o material coletado nas duas primeiras fases, a fim de direcionar a pesquisa histórica e sanar as informações que ainda não se apresen-

tavam completas, com o objetivo de definir novas áreas estratégicas com potencial arqueológico, auxiliando na realização da restauração do jardim e recuperando a história do bem tombado.

As conclusões iniciais da equipe verificaram que a área do terraço não era, como se esperava, a única área que apresentava um potencial arqueológico. Nem, tampouco, seria o local que apresentaria uma coletânea de vestígios significativos (testemunhos do cais e quiosques do século XVIII), pelo menos não como identificadas inicialmente pela pesquisa histórica. A área do terraço era significante porque sofreu o maior número de intervenções[5] em toda a existência do jardim, tanto de obras de construção civil como de aterros. Projetada por Mestre Valentim para ser um *Belvedere* para apreciação do mar, teve sua função original preservada na reforma empreendida por Glaziou (1862). Porém, no século XX, a partir da construção da Av. Beira-Mar (1904) e, depois, com a construção *do Theatro-Cassino Beira - mar*, esta área é totalmente transformada.

O projeto de pesquisa arqueológica do Passeio Público (NAJJAR, 2004) parte da premissa de que o contexto que observamos é o da superposição de dois projetos de jardim – o de autoria do Mestre Valentim (1783) e o de autoria de Glaziou (1862) – e de que esta superposição transforma, aproveitando, modificando, danificando ou suprimindo características do primeiro projeto. E mais, entende que outros fatores perturbaram a integridade dos vestígios de ambos os projetos no decorrer de sua existência até os dias atuais. Assim, baseadas na pesquisa histórica e na premissa do projeto, foram determinadas novas áreas potencialmente interessantes para prospecções arqueológicas no jardim.

POTENCIAL ARQUEOLÓGICO: PRIMEIRO E SEGUNDO MOMENTOS

O traçado original de Valentim sofreu diversas alterações, registradas por vários viajantes e historiadores.

O Passeio do Rio de Janeiro era totalmente plano, com um traçado simétrico e geométrico, ao estilo cortesão clássico, em forma de um hexágono irregular (um trapézio com ângulos de uma de suas faces chanfradas). A composição do jardim estava voltada para o leste, e o eixo central era formado por uma aléia que começava na entrada do portão e culminava em uma fonte ornamentada por jacarés, garças, pássaros e plantas tropicais típicas da região de restinga, atrás da qual tinha-se acesso a um terraço voltado para a baía. As aléias secundárias, plantadas com frondosas árvores, percorriam o jardim seguindo o seu traçado e forçando o ponto de fuga a se abrir ao panorama da entrada da baía de Guanabara (Figura 2).

Os pavilhões quadrangulares construídos na área do terraço foram arruinados pelas diversas ressacas e, assim, substituídos por pavilhões octogonais, na mesma ocasião que o terraço foi refeito. Há a referência da construção (em 1815) de um edifício no lado esquerdo do parque que dá para a Lapa, no qual frei Leandro dava aulas de História Natural. Já em meados do século XIX, dois pavilhões no interior do parque foram erguidos para serem utilizados como Pavilhão Imperial e de Botânica, no entanto, em razão do estado de degradação do Parque, permaneceram fechados, sendo remodelados (utilizados como quiosques), posteriormente, na reforma implementada em 1961. Também o abandono foi uma das principais causas da degradação do Passeio.

Em meados do século XIX, o estado de abandono e de degradação do Passeio Público tornou-se tão preocupante que todos clamavam por medidas urgentes de recuperação. Foi somente no Segundo Reinado que:

[...] vendo o Governo que o Passeio por se achar muito mal preparado já não servia de recreio ao público, assinou em 01 de dezembro de 1860 um contrato com Francisco José Fialho, que se obrigou mediante certa quantia a transformar o jardim dando-lhe um aspecto pitoresco e

agradável; ficariam as obras concluídas no prazo de um ano (AZEVEDO, 1969, p. 555).

Assim, foram contratados Francisco José Fialho, então diretor do Passeio Público da Corte, e o botânico francês Auguste François Marie Glaziou para elaborarem a planta do novo jardim em 1860. Glaziou deveria ser encarregado da execução das obras e de sua conservação por um período de dez anos, assumindo a posição de Diretor Botânico. Residiria em um chalé a ser construído dentro do jardim (TERRA, 2000).

O botânico Glaziou chegou ao Brasil em 1858, a convite de D. Pedro II, para ocupar inicialmente o cargo de Diretor Geral de Matas e Jardins e aqui permaneceu por 39 anos, ocupando-se de planejar e manter os espaços verdes de lazer públicos e da Corte. Os fundamentos de Auguste Glaziou baseavam-se nos trabalhos desenvolvidos pelo francês Jean Adolphe Alphand para a cidade de Paris6[9]. Entre os inúmeros trabalhos atribuídos a Glaziou no Rio de Janeiro podem-se citar: a reforma do Passeio Público, o Campo de Santana, a Quinta da Boa Vista e o Largo do Paço (TERRA, 2000).

O novo jardim do Passeio Público foi remodelado aos moldes dos jardins ingleses, em voga em toda Europa, inclusive na França. Neste Glaziou destruía o traçado regular realizado por Valentim e o substituía por alamedas sinuosas em volta de uma enorme *pelouse* oval, situada no centro do jardim (Figura 3). O projeto plano elaborado por Valentim foi eliminado e o novo desenho imbuído do espírito romântico e sinuoso do jardim inglês.

Apesar de várias modificações realizadas por Glaziou, este manteve e incorporou ao seu jardim elementos do jardim original do século anterior, tais como a permanência do portão frontal, das pirâmides – que representavam valores maçons (MARTINS, 1997) –, a fonte dos Jacarés e o terraço com quatro acessos de escadaria. No entanto, para a execução dos novos canteiros, foi necessário aterrar todo

o jardim. Assim, o primeiro degrau da fonte e das escadarias do terraço foram encobertos pelo sedimento. Foram também reformados dois antigos pavilhões (datados de 1854) que serviam como quiosques. Segundo Ribeiro (200, p. 19), "*o portão de Valentim manteve-se, tendo sido suprimidos os muros e substituídos por grades de ferro fundido. [...] manteve-se também os obeliscos – agora banhados e não mais circundados pela água; assim como a fonte dos jacarés e o terraço por trás desta, pelo menos o terraço reconstituído em 1821, com os pavilhões octogonais da mesma data*".

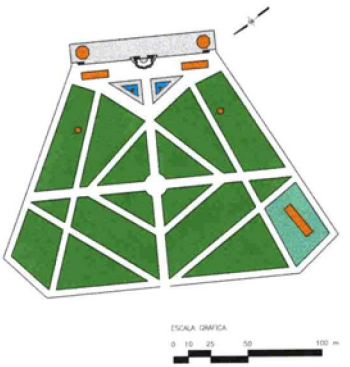

Figura 2: Primeiro momento (1783-1861)

Figura 3: Segundo momento (1862-1904)

Entre as novas atrações trazidas pela reforma do jardim são edificadas, em 1862, um Café Concerto (edificação com peristilo formado por quatro colunas de ferro de ordem coríntia no fundo do qual estão três portas de verga curva), um coreto rústico, um chalé para o Diretor do Passeio (anteriormente citado) e um grande lago que serpenteava pelos canteiros, sendo cortado por duas pontes de aparência rústica e abastecido por uma cascata artificial. É também desta época, da reforma de Glaziou, que temos referência da construção de um pequeno lago em frente da entrada do jardim com um repuxo com esguicho de 20 palmos emergindo de um tufo de flores artificiais. Especialis-

tas na arte de imitar madeira e pedra, os chamados cascateiros, foram contratados por Glaziou para executar os trabalhos na cascata e nas pontes.

Potencial Arqueológico: terceiro, quarto e quinto momentos

A partir do final do século XIX e do início do XX, governo federal e a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro (1903-1906) promoveram profundas transformações para readequar o espaço urbano às exigências de uma nova realidade econômica, o desenvolvimento industrial. Enquanto capital do Brasil, o Rio de Janeiro, foi alvo principal das intervenções de caráter de embelezamento, as reformas de melhoramento na gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906).

A avenida Beira-mar, iniciada em 1904 e inaugurada em 1906, foi considerada uma das maiores obras de sua administração. Foi projetada com 5.200 metros de extensão, iniciando-se no Obelisco da avenida Rio Branco (então inacabada) e finalizando-se na praia de Botafogo, junto ao Morro do Pasmado. As obras seguiram as orientações do engenheiro Paulo Frontin. Em razão da necessidade de aterro de toda essa faixa litorânea, o cais do Passeio Público deu lugar à nova avenida e o terraço foi afastado da baía. O terraço passa a ser aberto para a nova via, recebendo mesas e cadeiras, e também neste é implantado um novo acesso (portão com grades) ao jardim, logo atrás das escadarias da Fonte dos Jacarés.

Além do terraço, o jardim romântico do Passeio Público sofreu algumas alterações em seus canteiros, e em 1904, inaugurou-se o Aquário Público. Tratava-se de um edifício com mais de vinte tanques de vidro para abrigar espécies de peixes de água salgada. Este aquário foi o primeiro a ser instalado na América do Sul. Tinha um similar na Quinta da Boa Vista.

O terraço, *belvedere*, de apreciação do mar, projetado por Valentim (1783), conservado por Glaziou (1862),

afastado do mar e separado do jardim na administração Pereira Passos (1905), foi totalmente destruído pela reforma de Carlos Sampaio, em 1922. O Prefeito Carlos Sampaio, dentro das diversas iniciativas de embelezamento urbano para a comemoração da Exposição do Centenário da República (1822-1922), propôs, nos anos de 1920, a construção de um restaurante envidraçado na área do terraço do Passeio Público. Entretanto, a empresa empenhada em construir o edifício, para explorá-lo enquanto cassino, não consegue cumprir os prazos previstos e o Prefeito rescinde o contrato com ela. Assim, os arquitetos Arquimedes Memória e Francisco Couchet, do Escritório de Arquitetura de Heitor de Mello, foram contratados para finalizar o projeto antes das comemorações de 1922.

O terraço do Passeio foi totalmente arrasado para a construção, em estilo eclético, do Theatro Cassino, que era composto por dois corpos ligados por uma pérgula. O Theatro foi palco de bailes, festas, peças teatrais e até cenário de filmes. Segundo Carvalho (2004: 89), a cantora Bibi Ferreira fez sua estréia como atriz no Cassino Beira-Mar, e a Brasil Vita Filme rodou a cine-revista "Cidade-Mulher". O gradeado do jardim foi retirado, comprometendo a configuração e alterando a ambiência do jardim. Até mesmo o portão principal foi deslocado para dentro do jardim e reposicionado apenas em 1968.

Durante a gestão do Prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945) são retirados do Passeio Público o *Theatro Casino* e o Aquário. Uma das justificativas para a sua demolição era a de que comprometia a ambiência do jardim, a outra seria que estava em péssimo estado de conservação. Entretanto, segundo Sarthou (1965), foi utilizada dinamite na sua demolição por causa da solidez de sua construção.

Assim, no lugar do terraço original do século XVIII e do *Theatro-Cassino* (1926), foi implantado um terraço de dimensões muito inferiores às do original, pavimentado com placas de granito e cortado (até meados de 1968)

por uma via asfaltada para o trânsito e as linhas de bondes. A área limítrofe do jardim, ainda preservado o traçado de Glaziou, recebeu uma nova delimitação com balaustradas, originais da Glória, as quais criaram uma ondulação no lugar da linearidade da alameda fronteiriça da fonte dos Jacarés. Com os sucessivos aterros, mais alguns degraus da escadaria e da fonte dos amores desapareceram sob a terra. Em 1968, o jardim do Passeio Público é todo gradeado e o terraço relembrado.

Ao longo do século XX, muitos foram os atos de vandalismo pelos quais o Passeio Público passou: roubos de peças ou iniciativas de depredação do poder público. No entanto, um dos acontecimentos mais trágicos pode ser considerado o do esquecimento de parte de sua história, pois, além de esquecida, ela passa a ser recontada de forma errônea para as futuras gerações de cariocas. Esta retomada da história do Passeio Público inicia-se em 2002 com os estudos para a restauração do Passeio Público.

PESQUISA E PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA

Com base no levantamento histórico e iconográfico, foi possível determinar as áreas a serem escavadas pela equipe de Arqueologia (Figura 4) e foram escavados diversos trechos previamente determinados para esses levantamentos. Os trabalhos de escavação concentraram-se inicialmente no terraço e, posteriormente, em trincheiras pontuais no interior do jardim. A abertura de trincheiras, poços-testes, bem como o acompanhamento de todo e qualquer movimento de terra necessário para as obras de restauração foram realizados pela equipe de arqueólogos, visando assim à recuperação de todos os vestígios possíveis para remontar a história do Passeio Público. Foi recuperada uma grande variedade de material arqueológico: fragmentos de louças (séc. XVIII e XIX), fragmentos cerâmicos, restos de obra (material construtivo e de acabamento), ossos (animais e humanos), vidros, dentes e moedas.

As escavações na parte esquerda do terraço revelaram os vestígios arquitetônicos do *Theatro-Cassino*. Com a retirada do sedimento das áreas escavadas, percebeu-se que este era basicamente composto por restos de obra (entulho da própria demolição do cassino). Também se recuperaram um piso de asfalto com meio fio em pedras, vestígios de uma calçada ornamentada em mosaico em pedras portuguesas e parte de um trilho de bonde. Com base nessas evidências, foi possível entendermos algumas das transformações ocorridas na área do Passeio, momentos em que o jardim perdeu área para a cidade e outros em que o jardim retomou a sua área.

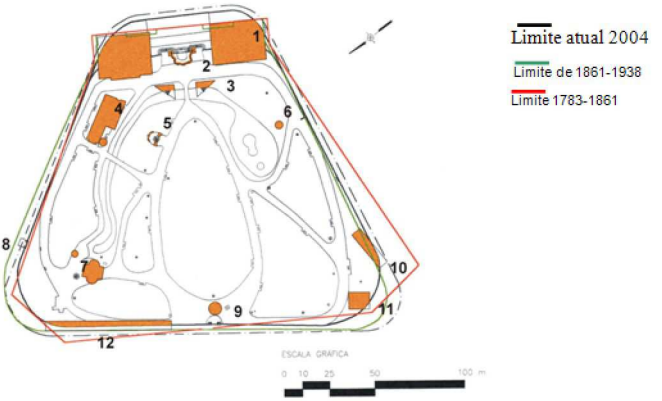

Figura 4: Potencial Arqueológico do Sítio
Legenda: 1. Theatro-Cassino - parcialmente escavado/vestígios registrados e recobertos; 2. Conjunto da Fonte dos Amores - escavado/vestígios em exposição; 3. Lagos das pirâmides - parcialmente escavado/vestígios registrados e recobertos; 4. Aquário e Quiosque (data 1854) - escavados/vestígios registrados e recobertos; 5. Quiosque (data 1929) - não foi escavado; 6. Quiosque (data 1854) - não foi escavado; 7. Café-Concerto e Mirante Rústico - não foi escavado; 8. Quiosque (data 1929) - não foi escavado; 9. Lago frontal - escavado/ vestígios registrados e recobertos; 10. Viveiro de Frei Leandro – não foi escavado; 11. Casa de Glaziou - parcialmente escavado/ vestígios registrados e recobertos; 12. Chopp Berrante - não escavado.

Com a vasta pesquisa histórica e iconográfica sobre a área do terraço, recuperaram-se momentos históricos importantes deste local. Juntamente com a pesquisa arqueológica e através dos remanescentes do antigo *Theatro-*

Cassino, foi possível abrir uma página até então esquecida da história não só do Passeio Público, mas também da cidade do Rio de Janeiro. Com o auxílio de plantas cadastrais da época, foi possível demarcar *in loco* a área total do cassino: um enorme edifício construído nos anos de 1922. Os remanescentes resgatados pela pesquisa se encontravam em ótimo estado apesar dos anos e das condições em que fora feita a demolição do edifício.

O acesso original ao terraço era feito por quatro escadas, duas nas laterais e duas outras junto à Fonte dos Amores. Porém, este acesso foi transformado com a construção da edificação do *Theatro Cassino* em 1922. Os degraus que compunham a Fonte dos Jacarés foram enterrados pelas reformas de 1862 e de 1937, bem como os que davam o acesso ao terraço. Com a escavação, foram evidenciados quatro degraus em granito que compunham a escada e, circundando a bacia da Fonte dos Jacarés, dois degraus.

Além desta alteração de nível percebida com o resgate dos degraus, no atual terraço vemos que o seu degrau foi rebaixado em aproximadamente 0,80 m. Na área da Fonte dos Jacarés, com a exposição dos degraus que a compunham, foi possível recuperar o nível original do jardim (época de Valentim) que era 0,75m abaixo do nível atual. Desta forma, originalmente o terraço estaria 1,50m acima do nível que hoje encontramos.

Figura 5: Antes da Reforma de Glaziou Fonte: Klumb (1860).

Figura 6: Conjunto da Fonte dos Amores, Durante as Escavações.
Fonte: IPHAN (2004).

Outra descoberta da pesquisa arqueológica é a da casa que o paisagista Glaziou utilizou como residência durante o período em que trabalhou no Passeio Público. Foram evidenciadas as estruturas de embasamento da antiga casa e também a estrutura de um antigo quiosque octogonal. Com base na análise dos remanescentes da casa, percebeu-se que houve uma brusca redução na área do jardim desde a reforma de Glaziou (1862), pois se constatou que parte da estrutura da casa do paisagista encontra-se hoje fora do atual muro do jardim.

Também da época de Glaziou foi a construção de um lago redondo junto ao portão principal, embora sua existência ainda não tivesse sido confirmada. Ela somente foi registrada em uma planta do século XIX (Biblioteca Nacional), de autor desconhecido. Em razão de sua localização próxima ao limite do jardim, o testemunho poderia ter sido comprometido por causa do alargamento da Rua do Passeio e das sucessivas reduções do jardim. Este vestígio foi recuperado e toda sua borda foi exposta. Apenas na sua porção central foi aberta uma trincheira para determinar sua profundidade total que era de 1,00m.

Figura 7: Vestígios do Aquário
Fonte: IPHAN (2004).

Figura 8: Trabalho de Escavação na área da Casa do Botânico.
Fonte: IPHAN (2004).

A descoberta das estruturas de embasamento do primeiro aquário de água salgada da América do Sul ocorreu com o auxílio de uma planta cadastral da década de 1929 que determinava a área ocupada por esse aquário. Com a recuperação do primeiro vértice da estrutura, os demais fo-

ram marcados com estacas de madeira com base nos dados obtidos na planta cadastral. Entretanto, percebeu-se que a planta não representava a realidade da construção.

Figura 9: Durante Trabalhos de Escavação do Lago Frontal que Constava em Planta e Foto de 1862. Fonte: IPHAN (2004).

Figura 10: Vestígios da Bacia do Lago Frontal Fonte: IPHAN (2004).

Assim, com base na evidência de um dos vértices da estrutura, os demais foram expostos com a escavação da estrutura até encontrar o próximo vértice. Este procedimento ocorreu para que fosse possível determinar a área total da antiga edificação, visto que a planta não correspondia à realidade. Desta forma, foi possível determinar a planta do aquário tomando-se por base as evidências arqueológicas.

UTILIZAÇÃO DOS VESTÍGIOS

O Projeto de agenciamento dos vestígios arqueológicos ficou a cargo da FPJ e do IPHAN. A presença dos remanescentes arqueológicos de alguns dos mais significativos momentos da vida do jardim permanecem registrados na marcação *in loco*. Essa marcação foi feita no terreno após o reaterro das áreas escavadas.

Assim, como representante do primeiro momento (1783-1961), concepção e implantação do jardim, foi recuperado o conjunto de escadaria e a Fonte dos Amores (ou "Fonte dos Jacarés"), original executado no século XVIII pelo mais importante artífice da cidade colonial do Rio de Janeiro, Mestre Valentim. Do segundo momento (1862-

1905), escolhido para ser a referência do projeto de restauração, uma vez que seus traços principais mantiveram-se até hoje, foi recuperada a localização de equipamentos originais de projeto – Casa do Botânico e Fonte circular –, fruto da intervenção realizada pelo paisagista francês Auguste Glaziou em 1861. Juntamente a este foi destacado o perímetro do maior aquário da América Latina do início do século XX. Finalmente, foram registrados e, posteriormente, recobertos os vestígios do pavimento térreo do *Theatro-Cassino*.

Figura 11: Agenciamento e Proteção dos Vestígios do Conjunto da Fonte dos Amores. Fonte: IPHAN (2004).

Figura 12: Marcação da Parte Encontrada do Theatro-Cassino. Fonte: IPHAN (2004).

Também se optou pela utilização de uma sinalização que informasse ao visitante como era o local à sua época e como se deu o resgate dos vestígios arqueológicos e o processo de restauro. Essa sinalização funcionaria juntamente com os vestígios expostos e/ou sinalizados, como um atrativo a mais do jardim setecentista. Em pleno século XXI, a falta de tempo e a agitação da vida moderna levam ao abandono os locais projetados para um lazer contemplativo. Desta forma, a inserção de novos atrativos do Passeio Público pretende criar um dinamismo e um apelo a mais aos visitantes, proporcionando não apenas a contemplação da natureza, senão uma aula da história não apenas do jardim, mas da cidade do Rio de Janeiro.

A Arqueologia, neste sentido, desperta uma curiosidade ímpar em toda a sociedade fazendo com que o público participe do processo de construção da memória histórica

e do despertar de sensações novas. Nosso principal objetivo foi, e sempre será, o de aguçar no cidadão o sentimento de pertença do patrimônio que efetivamente é seu, mas que ele não reconhece como tal.

Notas

[1] Documento final do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, em Veneza, maio de 1964.

[2] **A**rtigo 1º do Decreto Municipal nº 22.872, de 07/05/2003: "Todas as obras que envolvam intervenções urbanísticas e/ou topográficas realizadas pelo Poder Público Municipal – direta ou indiretamente, em áreas que sugiram interesse histórico – deverão prever estudos e acompanhamento com vistas à pesquisa arqueológica".

[3] O primeiro exemplar de jardim não utilitário, ainda no período colonial, no Brasil, foi o grande parque de Maurício de Nassau na Ilha de Antonio Vaz, no Recife. Deste nada restou, após a retomada pelos portugueses. Esse grande jardim é planejado e executado durante a ocupação holandesa nas cidades de Recife e Olinda (o "Brasil holandês"), chefiada por Maurício de Nassau que chegou em 1637 ao Brasil, permanecendo por oito anos.

[4] Escravo ou criado que transportava e descartava o barril utilizado como depósito de dejetos e matérias fecais.

[5] Esta fazia parte do Plano de Saneamento e Embelezamento da Cidade (1903) da Prefeitura.

[6] Sua denominação correta é Parque Brigadeiro Eduardo Gomes.

[7] Também contratado para a elaboração do Projeto Básico de Restauração do Passeio Público.

[8] Muitas foram às intervenções no terraço: as alterações no nível do terreno, as transformações na forma e na função do espaço destituindo-o da sua função original de *belvedere* de apreciação ao mar, passando pela construção dos pavilhões, perdendo área quando da construção da Av. Beira-Mar e radicalmente destituído de sua função original quando da construção do *Theatro-Cassino*.

[9] Na reformulação do centro de Paris. O engenheiro-paisagista Jean-Alphonse Alphand foi o diretor da primeira estrutura administrativa criada para implantar e monitorar os parques urbanos franceses (LÉVÊQUE, 1982).

Referências

ANDRADE, I. E-J. *Jardins Históricos Cariocas: significação cultural e preservação***.** Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - FAU/PROARQ/ UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

AZEVEDO, Moreira de. *O Rio de Janeiro, sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. Rio de Janeiro: Livraria Brasiliana, 1969.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos:* um Haussmann tropical. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

CARVALHO, Eliana Teixeira. *Passeio Público do século XVIII:* no rastro de Valentim – subsídios para Pesquisa Arqueológica. Prefeitura do Rio de Janeiro, DGPC, 2004.

CURY, Isabelle (Org.). *Cartas patrimoniais.* 2. ed. – ver. Aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

ERMAKROFF, George. *Rio de Janeiro 1900 –1930 uma crônica fotográfica*. Rio de Janeiro: G. Ermakroff, 2003.

LUCCKOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil (1808- 1818).* Belo Horizonte, MG: Edt. Itatiana; São Paulo: Universidade de São Paulo (EdUSP), 1975. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 21).

MACEDO, J. de. *A Arqueologia aplicada na preservação de bens culturais* – Estudo de caso: a igreja de São Lourenço dos Índios, Niterói/RJ. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

MARTINS, C. C. *Jardins como artefatos*: o Passeio Público do Rio de Janeiro no século XIX**.** 1997, 61f. Monografia – Universidade Estácio de Sá/ UNESA, Rio de Janeiro, 1997.

NAJJAR, R. *Manual de Arqueologia Histórica em Projetos de Restauração.* Brasília: IPHAN, 2005.

NAJJAR, R. *Projeto de Pesquisa Arqueológica do Passeio Público*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *O Rio de Janeiro e suas praças*. Rio de Janeiro: PCRJ/SMAC/RioTur, 1988. (Coleção Rio Mania).

_____. *Passeio Público do século XVIII: n*o rastro de Valentim - subsídios para Pesquisa Arqueológica. Rio de Janeiro: PCRJ, 2004.

RIBEIRO, Nelson Porto. *Passeio Público* – Pesquisa Histórica Iconográfica. Rio de Janeiro: Opera Prima, 2002.

SANTOS, Paulo F. *Quatro séculos de Arquitetura.* Rio de Janeiro: IAB, 1981.

SARTHOU, Carlos. *A Baía da Guanabara*: ontem e hoje. Rio de Janeiro: [s.n], 1964.

TERRA, Carlos Gonçalves. *O jardim no Brasil no século XIX: Glaziou revisado*. Rio de Janeiro: UFRJ/EBA, 2000.

Abstract: *the Passeio Publico of Rio de Janeiro was the first public garden in Brazil. It was built in the end of 18th century by Mestre Valentin. In 1938 it was declared an historical landmark by the Instituto do Patrimonio Historico e Artistico Nacional (IPHAN). The garden had several transformations in its existence, including the introduction of a Glaziou (1962), a Cassino and theater (1922) and its demolition (1937). The goal of its restoration was to recover the Glaziou garden, valorizing different aspects of mestre Valentin's project. The goal of Archaeology was to recovery evidence from the different moments of the Passeio Publico and understand how society appropriated from this space.*

Key words: *Historical archaeology, restoration, cultural heritage*

*	Arqueóloga da 6ª SR/IPHAN; Doutora em Arqueologia MAE/USP. E-mail: rosananajjar@gmail.com
**	Doutoranda do MAE/USP. Arqueóloga *E-mail*: jackelinedemacedo@gmail.com
***	Arqueólogo, Mestrando do MN/UFRJ. *E-mail*: beto_stanchi@yahoo.com.br
****	Arquiteta/ Urbanista, Doutoranda da FAU/USP. E-mail: inesel@uol.com.br
*****	Mestranda UNIRIO. Arqueóloga. *E-mail*: tinasampayo@hotmail.com
******	Arqueóloga, Voluntária da 6ª SR/IPHAN.
*******	Historiadora, Mestranda UNIRIO. *E-mail*: juliawp@gmail.com
********	Arqueólogo.
*********	Arqueólogo. *E-mail*: pcsarmento@hotmail.com
**********	Arquiteta, M. S. em Arquitetura PROARQ/UFRJ. *E-mail*: tpfonseca@globo.com
**********	Arquiteta.